



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

Os Vereadores da **Mesa Executiva**, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Capanema a seguinte proposição:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____

EMENTA

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 919/2025
Data: 24/10/2025 - Horário: 15:19
Legislativo

Declara como inservíveis bens da Câmara Municipal de Capanema; autoriza a baixa do patrimônio e sua transferência ao Poder Executivo Municipal.

Art. 1º Ficam declarados como inservíveis para Câmara Municipal de Capanema, os bens móveis abaixo especificados:

Quantidade / Descrição / Nº do Patrimônio / Razão da baixa

1	PABX Intelbras	100	Irrecuperável
1	Câmera fotográfica digital modelo E 580 com cartão SD PQI 2 GB memória, marca Sam	151	Irrecuperável
1	Microcomputador MTEK INTEL CORE I.3 500GB 4GB placa ASUS P8H61-M 18,5 AOC WIDE	163	Irrecuperável
1	Aparelho Purificadora de água	169	Irrecuperável
1	Nobreak APK UPS ES 400 BLACK	175	Irrecuperável
1	Câmera digital NIKON Coolpix PS10 16,1 MP	185	Ocioso
3	Extensor de Alcance Mercusys 300MBPS	236, 237 e 238	Ocioso
1	Calculadora elétrica SHARP EI – 1801V	Sem número	Ocioso

Art. 2º Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens constantes no Artigo 1º desta Resolução e sua transferência ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Os bens considerados irrecuperáveis deverão ser adequadamente descartados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MARCELINO AMPESSAM, 20 de outubro de 2025.

DIRCEU ALCHIERI

Presidente

IVONE SILVA

1º Secretária

GEAN DENARDIN

Vice-Presidente

EDNA TAVARES

2º Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Os bens patrimoniais permanentes, constantes nessa Resolução, não têm mais utilidade para a Câmara Municipal, tendo em vista o desgaste natural e a obsolescência (cf. Processo Administrativo nº 01/2025 de protocolo nº 819/2025/Setor de Patrimônio - Anexo I). Sendo, pois, insensíveis, deve ser autorizado seu desfazimento por meio de baixa patrimonial.

Assim, a Mesa Executiva, seguindo os procedimentos legais e regimentais, apresenta aos Senhores Vereadores a presente proposição.

REFERÊNCIAS LEGAIS

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE JULHO DE 2023, que “*Normatiza o controle da movimentação dos bens patrimoniais móveis da Câmara Municipal de Capanema*”:

Capítulo VI DA BAIXA

Art. 53. Entende-se por Baixa Patrimonial o procedimento de retirada do bem do patrimônio e do registro contábil do Ativo Permanente. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

Parágrafo único. A Baixa Patrimonial deve ser formalizada por meio de Projeto de Resolução. (Incluído pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

Art. 54. Toda a baixa de bem patrimonial, isolada ou globalmente, deverá ser precedida de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo, entre outros, os seguintes documentos: (Redação dada pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

I – relação detalhada de bens patrimoniais; (Incluído pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

II – termo de vistoria, conforme Anexo IV desta Resolução; (Incluído pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

III – relatório de conclusão com a relação de bens para baixa patrimonial, conforme Anexo V desta Resolução; (Incluído pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

IV – fotografias dos bens, caso necessário; (Incluído pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

V – laudo ou parecer técnico, caso necessário. (Incluído pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

§ 1º revogado. (Revogado pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

§ 2º revogado. (Revogado pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

Art. 55. Na hipótese de furto, sinistro ou extravio de bem patrimonial, sua baixa deverá ser acompanhada do Boletim de Ocorrência Policial e/ou da conclusão do Processo de Sindicância. (Redação dada pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

Art. 56. Concluído o processo legislativo da Resolução, será realizada a transferência dos bens ao Poder Executivo Municipal. Redação dada pela Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

Parágrafo único. Os bens inservíveis classificados como irrecuperáveis poderão ser descartados, observadas as normas ambientais. (Incluído Resolução nº 04, de 16 de julho de 2024)

ANEXO I - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025 DE PROTOCOLO Nº 819/2025/SETOR DE PATRIMÔNIO.